

SUCESSÃO FAMILIAR RURAL NO CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO SUL-MATO-GROSSENSE

André Luis Messias

Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

E-mail: andre.messias@ufms.br

Silvana Dalmutt Kruger

Doutora em Contabilidade (UFSC). Professora da UFMS.

E-mail: silvana.d@ufms.br

Resumo

O estudo tem por objetivo identificar os principais aspectos que contribuem com o processo de sucessão familiar em propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina-MS. Metodologicamente esta pesquisa é descritiva, realizada por meio de levantamento realizado por meio de questionário aplicado junto a 130 agricultores rurais, com análise de cunho quantitativo. Os principais resultados indicam que 67,7% da amostra questionada recebeu estímulos para permanecerem nas terras e 62,3% afirmam ser possível garantir o sustento da família apenas com a renda do meio rural, 59,2% das famílias ainda não discutiram sobre a sucessão familiar da propriedade e apenas 16,9% afirmam que o sucessor já está definido, ainda assim, 55,4% afirmaram que a rentabilidade das atividades tem impacto negativo no processo de transição familiar, 11,5% dizem não fazer uso de controles financeiros, 9,2% guardam as informações apenas na memória e 70% indicaram utilizar controles manuais. Constatou-se que o rendimento das atividades rurais e o incentivo dos pais são os aspectos mais relevantes para conduzir as decisões de permanência dos jovens no meio rural, especialmente no contexto da continuidade das atividades rurais do PA Teijin (MS). De forma geral, destaca-se que a contabilidade pode ser usada como instrumento de apoio para a gestão das propriedades rurais, auxiliando no planejamento e controle do desempenho financeiro, demonstrando aos jovens a rentabilidade e o potencial das atividades desenvolvidas no meio rural, visando contribuir com o processo de sucessão familiar rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Contabilidade Rural, Sucessão Familiar.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil se tornou referência na produção de alimentos, e ocupa o quarto lugar entre os maiores países produtores de grãos do mundo, sendo responsável por 50% da exportação de soja e o segundo maior exportador de milho em 2020, líder na produção de café e açúcar, tem maior rebanho bovino do mundo, sendo também o maior exportador de carne, conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA, 2021). O Brasil se destaca mundialmente no volume de exportações, bem como o agronegócio possui representatividade econômica, tanto na geração de renda, como na geração de empregos diretos e indiretos (Ecker *et al.*, 2023).

No último censo agropecuário realizado em 2017, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas, 67% das ocupações no setor, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), 23% do total das propriedades agropecuárias do Brasil são consideradas de agricultura familiar, respondendo por cerca de 70% dos alimentos consumidos e os pequenos produtores respondiam por 48% da produção de café e banana, 80% da mandioca, 69% do abacaxi e 42% do feijão. Destaca-se ainda que 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes baseia sua economia na agricultura familiar (Agência Câmara de Notícias, 2023).

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar em Empreendimentos Familiares Rurais, será considerado como agricultor familiar aquele que: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento rural; (iii) e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento rural, na forma definida pelo Poder Executivo (Brasil, 2006).

Em Mato Grosso do Sul, o censo agropecuário realizado em 2017 (IBGE), apontou que existem 71.164 mil propriedades rurais economicamente ativas. Desse Total, 43.223 são de famílias que integram as características da agricultura familiar no Estado, o que representa atualmente 61%, tendo mais de 2.969 propriedades que atenderam aos critérios da Lei 11.326 no Estado, indo na contramão do cenário brasileiro que teve uma diminuição de 9,5% destes estabelecimentos familiares, conforme dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (2019).

Neste contexto, torna-se relevante as discussões sobre o processo de sucessão familiar no meio rural, pois representa a continuidade dos negócios de família nas propriedades rurais (Ecker *et al.*, 2023), tornando-se importante a preparação do sucedido e do sucessor para o processo de transição, a fim de evitar conflitos e garantir a continuidade das atividades (Kruger; Cecchin; Mores, 2020), bem como a transmissão de conhecimento aos jovens sucessores (Conceição *et al.*, 2019), no intuito de possibilitar a continuidade e o êxito dos negócios rurais entre as gerações familiares (Foguesatto *et al.*, 2020). Alguns fatores, como a falta de terras para todos da família, a busca por melhores salários e condições de vida, muitas vezes afastam os jovens do meio rural (Moreira; Schlindwein, 2016; Moreira, 2021).

Diante deste contexto, surge a questão norteadora da pesquisa: Quais fatores contribuem com o processo de sucessão familiar rural? Com o objetivo de identificar fatores que contribuem

com o processo de sucessão familiar em propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, no município de Nova Andradina-MS.

Justifica-se a relevância da pesquisa considerando a importância da agricultura familiar, pois, conforme o último censo realizado pelo IBGE (2017), as pessoas que trabalham no campo estão envelhecendo, neste sentido, torna-se relevante conhecer o contexto e a forma que os gestores das propriedades rurais do Projeto de Assentamento (PA) Teijin, no município de Nova Andradina-MS, discutem e planejam o processo de sucessão familiar rural. Neste sentido, justifica-se a importância de reconhecer os aspectos que podem favorecer a sucessão familiar no meio rural, especialmente no contexto dos assentamentos rurais (Silva *et al.*, 2023; Moreira, 2021), para contribuir e ajudar os produtores rurais no processo de sucessão familiar no estado de Mato Grosso Do Sul.

Ainda, torna-se relevante reconhecer aspectos que favoreçam o processo de sucessão familiar no meio rural, especialmente para atrair e reter os jovens sucessores no campo (Tolotti; Kruger; Petri, 2018). Sendo importante reconhecer os motivos da ausência de jovens interessados pelo processo de sucessão familiar rural e fatores de retenção, considerando que o êxodo rural e o envelhecimento da população rural, refletem em incertezas na continuidade dos negócios rurais, tornando-se um desafio para a produção de alimentos e agricultura sustentável no longo prazo (Foguesatto *et al.*, 2020).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Sucessão Familiar Rural

A sucessão das famílias produtoras é a fase de substituição de comando do predecessor da propriedade rural para o sucessor, visando a sobrevivência de seus integrantes que passam a administrar às atividades desenvolvidas na unidade familiar, por meio de conhecimento herdado ao longo de anos (Conceição *et al.*, 2019). Para Sant´Ana e Sant´Ana (2020), o método de sucessão promove a continuação de uma nova geração da família no controle dos afazeres da propriedade rural. Sendo este, o momento mais crítico e desafiador, pois, o sucessor traz consigo novas ideias que serão implementadas. De acordo com Prado (2023), para garantir o sucesso e longevidade dos negócios rurais é preciso planejar o processo de sucessão familiar no meio rural.

O trabalho no campo é definido como à atuação de período prolongado com emprego de recursos humanos e financeiros, necessitando assim, de boa gestão e informações para auxiliar os gestores rurais à tomarem as decisões mais assertivas, para o êxito das atividades

desenvolvidas nas propriedades rurais (Munaretto; Dellarmelin; Rosin, 2019), logo, o uso de mecanismos e controles que ajudem no gerenciamento econômico e financeiro dos negócios, pode contribuir com as decisões e no desempenho das atividades do agronegócio (Vitali *et al.*, 2022).

Ao assegurar a continuidade da família no meio rural, é essencial que se tenha sequência nos trabalhos que já estão em andamento, sendo relevante a preparação dos sucessores, a fim de garantir melhores repercussões em seu senso crítico e no conhecimento sobre possíveis ameaças (Kruger *et al.*, 2020; Brizzolla *et al.*, 2020). Neste sentido, ressalta-se a relevância da contabilidade como forma de suporte informacional, ajudando no *feedback* (retorno de informações) das operações, demonstrando custos e despesas incorridas a fim da obtenção de maior lucratividade para as propriedades rurais (Marion, 2020; Kruger *et al.*, 2020).

A ausência de jovens interessados pelo processo de sucessão familiar rural, juntamente com o êxodo rural e o envelhecimento da população rural, reflete na incerteza da continuidade dos negócios rurais e na transição geracional, conseqüentemente torna-se um desafio para a agricultura sustentável (Foguesatto *et al.*, 2020). Neste sentido, torna-se relevante reconhecer fatores e aspectos que favoreçam o processo de sucessão familiar no meio rural, especialmente para atrair os jovens sucessores (Tolotti *et al.*, 2018).

De forma geral, observa-se que o processo de sucessão familiar rural deve ser planejado e discutido, tanto para garantir a efetividade das etapas de sucessão, quanto para preparar o sucessor e o sucedido para as demandas de transição, no intuito de garantir a continuidade dos negócios desenvolvidos no meio rural (Krüger *et al.*, 2023; Rosa; Friske, 2023).

2.2 Contabilidade Rural

A contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio, quando aplicada ao contexto rural, visa orientar e auxiliar os gestores com informações de apoio ao processo de gestão e tomada de decisões, registrando e controlando o patrimônio das entidades rurais (Crepaldi, 2019). Nesta conjuntura, pode-se destacar que a contabilidade rural ajuda na orientação e gerenciamento das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos rurais (Kruger *et al.*, 2020).

A contabilidade rural é compreendida como a metodologia especialmente concebida para captar, registrar, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer empresa rural (Marion, 2020). A contabilidade rural está voltada para o estudo do patrimônio das entidades rurais, mediante o registro, a exposição e a interpretação dos fatos ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre sua composição e

suas variações, bem como sobre o resultado econômico das atividades e o desempenho da gestão (Crepaldi, 2019).

Para Zanin *et al.* (2014), a contabilidade aplicada no meio rural se torna instrumento de apoio para a análise dos resultados das atividades rurais, tanto para as agroindústrias quanto para os agricultores familiares rurais. Marion (2020, p.1), define que, “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas.”

No Brasil, a contabilidade rural é orientada pelo pronunciamento técnico contábil CPC 29, correspondendo ao IAS 41, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que versa sobre ativos biológicos e produtos agrícolas e que, segundo Marion (2020), essa normativa modernizou e deu destaque do ponto de vista internacional às atividades do agronegócio. Os relatórios financeiros e as informações das atividades rurais têm como objetivo demonstrar o comportamento do desempenho (lucro ou prejuízo) das atividades desenvolvidas no meio rural (Tolotti *et al.*, 2018). Crepaldi (2019), expressa que o relatório econômico-financeiro das atividades rurais deve ter materialidade e relevância para cada propriedade em particular.

O estudo de Krüger *et al.* (2023), evidencia as aspectos de intersecção entre a contabilidade rural e a sucessão familiar, demonstrando finalidades e as relações, tais como, a legislação, as informações para a gestão, o planejamento tributário e patrimonial e a análise dos resultados.

Figura 1: Relação entre a contabilidade e o processo de sucessão familiar rural



Fonte: Krüger *et al.* (2023, p. 21).

A gestão informacional é o principal ponto que liga a contabilidade com a sucessão familiar, pois, a partir deste, os outros pontos como planejamento e resultados emergem, sendo

então possível atender aspectos normativos, da legislação e a elisão, bem como analisar informações e tomar decisões mais assertivas. Pode-se destacar que a contabilidade subsidia os gestores no processo de controle e planejamento (Iudícibus, 2020), bem como pode contribuir com o processo de sucessão familiar rural (Tolotti *et al.*, 2018; Kruger *et al.*, 2020).

2.3 Estudos Correlatos

Estudos anteriores discutem o processo de sucessão familiar rural, bem como evidenciam características que interferem no processo sucessório, contribuindo com o contexto de fatores explicativos para a continuidade dos negócios rurais.

A pesquisa de Costa e Ralisch (2013), evidenciaram em seu estudo uma possível crise na agricultura familiar no que tange a sucessão e que é preocupante a decisão de alguns sucessores de saírem da propriedade por não poder ou não querer dar continuidade nas atividades agrícolas, podendo assim, atrapalhar a efetividade socioeconômica de assentamentos rurais da reforma agrária. Buscando estudar e conhecer os anseios, as perspectivas de futuro e a realidade dos jovens rurais e moradores do assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis (PR), concluíram que a maioria dos jovens tem muito interesse em permanecer vivendo e trabalhando com os pais, mas a limitação da renda obtida e a falta de renda própria levam estes jovens a sair da propriedade para buscar novas oportunidades.

O estudo de Moreira e Schlindwein (2016), realizado em 90 lotes do assentamento PA Santa Olga em Nova Andradina no Estado de Mato Grosso do Sul, demonstra a importância de planejar a sucessão na gestão da agricultura familiar, trazendo à tona as dificuldades das pequenas propriedades e os anseios dos sucessores assentados que despreparados com o manuseio das terras, saem em busca de maior viabilidade financeira e formação, passando a migrar para cidades e, assim, descontinuando a propriedade rural.

Tolotti *et al.* (2018) objetivou identificar as principais particularidades que envolve o processo de sucessão familiar das entidades rurais, foi aplicado 181 questionários a agricultores de 12 municípios da região oeste de Santa Catarina. Os resultados indicam que 54,14% dos gestores rurais discutem sobre a sucessão, 39,09% impõem a barreira da distância da propriedade, 27,07% apresentaram a falta de interesse dos filhos em permanecer no campo e 17,68% buscam tem resultados econômicos/financeiro para permanecerem na propriedade e darem continuidade aos negócios, 46,96% dos sucessores pretendem prosseguir com as atividades e ficar nas terras, sendo também mencionado a vocação pelo meio rural. O estudo expõe as fragilidades do processo de sucessão e que não basta o querer dos antecessores.

O estudo de Maia *et al.* (2018), realizado no projeto de assentamento Jaraguá, no município de Água Boa – MT, indica que 88% dos jovens desejam retornar a propriedades de seus familiares, após o término do curso Técnico em Agroecologia, afim de dar continuidade nos trabalhos desenvolvidos pelo núcleo familiar, e 98% pretendem buscar formação superior na área agropecuária (agronomia e veterinária), demonstrando a relevância do conhecimento para os jovens rurais, especialmente para orientar futuros sucessores rurais.

A pesquisa de Nottar e Favretto (2021) teve como objetivo avaliar 215 jovens do Oeste de Santa Catarina relativo à agricultura diante da temática da sucessão familiar. Os jovens estavam vinculados a 4 instituições de ensino e mais 3 grupos integrantes de ações coordenados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina/Centro de Pesquisa da Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf) entre novembro de 2016 e setembro de 2018. A escolha das entidades deu-se pela afinidade do pesquisador, e os questionários foram realizados durante palestras em atividades de extensão. Os participantes da pesquisa são filhos de agricultores do oeste catarinense com idade entre 14 e 29 anos. Na pesquisa com os jovens ficou evidenciado grande vontade de permanecerem na propriedade, dando segmento aos negócios, trazendo esperança para o segmento com a sucessão familiar rural.

Silva *et al.* (2023), investigou o interesse dos jovens rurais do território do Médio rio Jequitinhonha – MG, em suceder seus pais no comando das propriedades rurais familiares. A partir de uma amostra de 30 respondentes, evidenciam que a permanência dos jovens no campo está relacionada com a afinidade e afetividade em relação ao local onde residem. Observaram que os jovens reconhecem que a vida no campo é mais tranquila e segura, embora existam dificuldades. Os jovens demonstram interesse na formação superior e indicam o dilema entre sair da região para estudar (graduar-se), ou assumir imediatamente a sucessão das atividades rurais.

Desta forma, observa-se que o processo de sucessão familiar no meio rural necessita de ferramentas da contabilidade para favorecer a gestão, os controles, o planejamento e o processo de tomada de decisões, visando auxiliar na continuidade da agricultura familiar e dos negócios desenvolvidos no meio rural.

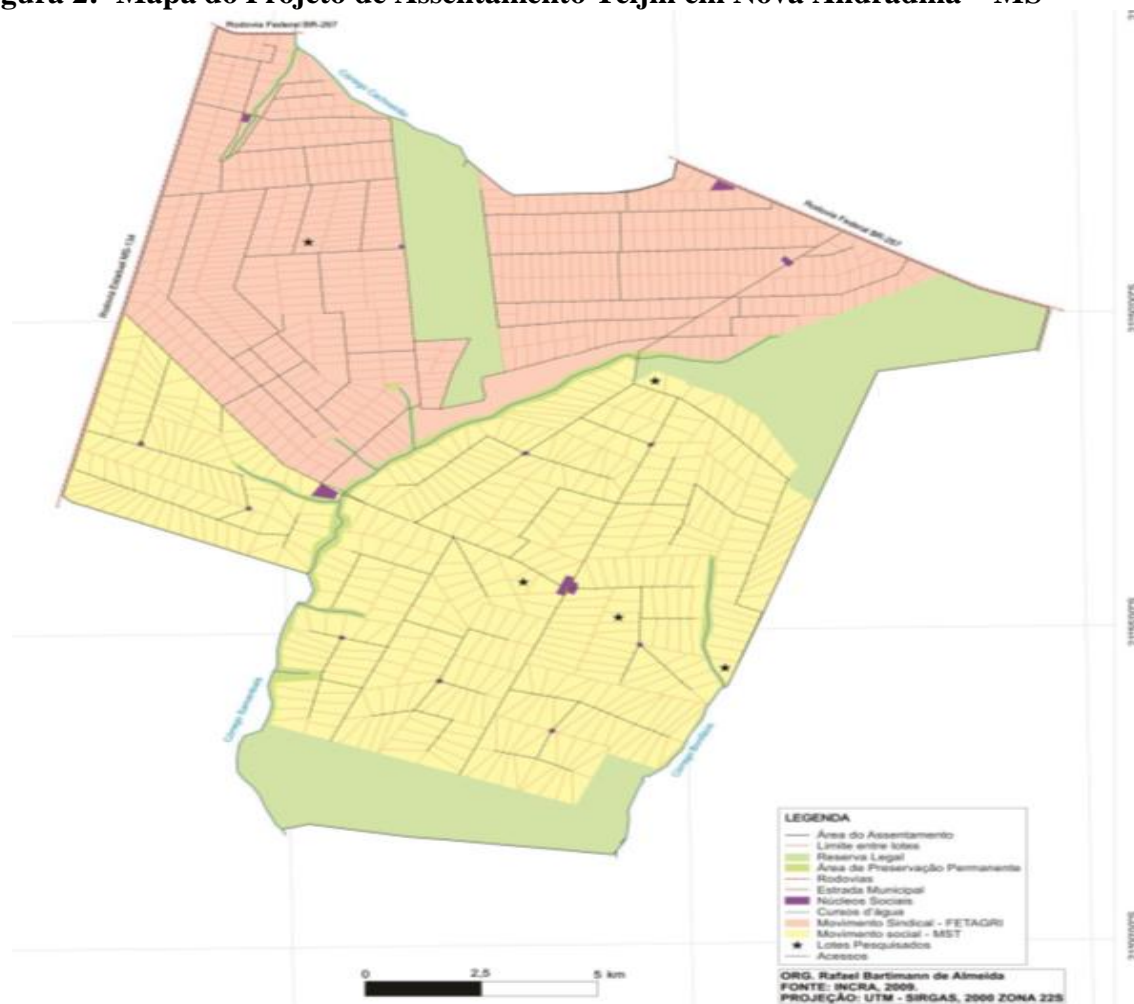
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente a pesquisa se caracteriza como descritiva, realizada por meio de levantamento realizado a partir da aplicação de questionários, e possui análise de cunho quantitativo. Esta pesquisa distingue-se como descritiva, foi realizada por meio de

levantamento (*survey*) com enfoque de problema e designa-se como análise quantitativa, que segundo Marconi e Lakatos (2021), o levantamento permite recolher informações prévias sobre o campo de interesse da pesquisa, considerando que o enfoque principal do estudo é identificar aspectos sobre a sucessão familiar em pequenas propriedades rurais do Projeto de Assentamento (PA) Teijin no Município de Nova Andradina – Mato Grosso do Sul.

A criação do Projeto de Assentamento Teijin, segundo Moreira (2021) se deu mediante a portaria do INCRA Nº 23, de julho de 2002, contendo 1.094 lotes, advindos da Fazenda Teijin, conforme está evidenciado na Figura 2.

Figura 2: Mapa do Projeto de Assentamento Teijin em Nova Andradina – MS



Fonte: Moreira (2019, p. 106).

Com área Total de 28.497 hectares, o PA Teijin foi desapropriado para reforma agrária e sendo ocupado por um Total de 1.056 famílias assentadas, integrantes dos movimentos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (Fetagri-MS) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oriundos de várias cidades de Mato Grosso do Sul (MS).

Para a coleta de dados utilizou-se de um questionário de pesquisa, adaptado do estudo de Kruger *et al.* (2020) e de Tolotti *et al.* (2018). O período de coleta de dados ocorreu entre dezembro de 2023 e maio de 2024. Para a coleta de dados, em primeiro momento, foram enviados os questionários através de motoristas que fazem as linhas escolares dentro do PA Teijin e também são moradores; em seguida foram realizadas visitas no assentamento e também foram enviados via *whatsapp* um formulário do google forms. A população do estudo é composta por agricultores rurais moradores do Projeto de Assentamento Teijin (Nova Andradina-MS), sendo a amostra composta pelos respondentes, totalizando 144 respostas, no entanto, obteve-se 130 respondentes (questionários válidos) e 14 invalidados ou incompletos.

A partir da coleta de dados, as informações foram organizadas em Tabelas, com apresentação das respostas em frequência absoluta e relativa. A análise está organizada em 4 seções: (i) caracterização dos respondentes; (ii) características da gestão das propriedades rurais; (iii) uso de controles informacionais, e (iv) perspectivas do processo de sucessão familiar rural.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados a seguir são resultados da aplicação de questionários a 130 proprietários, moradores do PA Teijin, no município de Nova Andradina – MS, onde buscou identificar os principais aspectos que contribuem com o processo de sucessão familiar. Em primeiro momento, pesquisou-se sobre idade, gênero, quantidade de pessoas residentes na propriedade, grau de escolaridade e estado civil dos respondentes afim de conhecê-los, sendo assim representados na Tabela 1.

Tabela 1: Características dos respondentes

Idade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Até 18	1	0,8%
Entre 19 e 30	6	4,6%
Entre 31 e 40	17	13,1%
Entre 41 e 50	32	24,6%
Entre 51 e 60	46	35,4%
Acima de 61	28	21,5%
Total	130	100%
Gênero	Frequência absoluta	Frequência relativa
Masculino	70	53,8%
Feminino	60	46,2%
Total	130	100%
Pessoas residentes na propriedade rural	Frequência absoluta	Frequência relativa
1 pessoa	7	5,4%
2 pessoas	29	22,3%

3 pessoas	41	31,5%
4 pessoas	37	28,5%
Mais de 4 pessoas	16	12,3%
Total	130	100%

Escolaridade	Frequência absoluta	Frequência relativa
Não tenho escolaridade ou nenhum tipo de estudo	4	3,1%
Ensino fundamental (até o 4º ano ou 5ª série)	68	52,3%
Ensino fundamental (5º ao 9º ano ou 8ª série)	30	23,1%
Ensino Médio	25	19,2%
Curso superior (graduação)	3	2,3%
Total	130	100%

Estado civil	Frequência absoluta	Frequência relativa
Solteiro	14	10,8%
Casado	104	80%
Outros (viúvos ou união estável)	12	9,2%
Total	130	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 1 em relação a idade, 18,5% dos respondentes possuem até 40 anos, enquanto 81,5% possuem acima de 41 anos, sendo que destes 21,5% possuem acima de 61 anos. Corroborando com o Censo do IBGE (2017), pois os gestores da amostra que estão acima de 41 anos são de 81,5%, evidenciando o envelhecimento do campo. Quanto ao gênero, 46,2% são mulheres e 53,8% são homens. Na composição das famílias, 36% têm entre 1 e 2 pessoas, 31,5% é composta por 3 pessoas, enquanto as famílias mais numerosas que tem 4 pessoas ou mais chega a 40,6%. Em relação a escolaridade 78,5% dos respondentes possuem até Ensino fundamental (5º a 8º ano), enquanto 19,2 possuem o ensino médio e apenas 2,3% têm curso superior. Sobre o estado civil, 10,8% são solteiros, 9,2% se classificam em outros (viúvos ou união estável) e 80% é casado sendo a grande maioria.

Observa-se na Tabela 1, que de maneira geral, quanto maior o grau de instrução (escolaridade), menor é a quantidade de moradores na zona rural, isso demonstra o êxodo da juventude que almeja melhores remunerações, uma vez que seus pais vivem da criação de animais e/ou produção animal dentro da sua propriedade que é pequena, conforme evidenciado na Tabela 2.

A Tabela 2, demonstra que não existe uma regularidade de tamanho das propriedades, como visto na amostra, onde 30,02% possuem até 10 hectares, 13,86% possuem entre 11 e 20 hectares, 54,62% possuem entre 21 e 30 hectares e apenas 1,54% tem acima de 31 hectares para desenvolver as atividades no campo, sendo que destes, 70,8% dos respondentes sobrevivem apenas da propriedade, 4,6% trabalham nas propriedades vizinhas, 3,8% precisam mesclar o trabalho em suas propriedades e em propriedades vizinhas, 8,5% vivem apenas de recursos oferecidos pelo governo, 6,2% buscam recursos para sobrevivência fora das propriedades e

6,2% mesclam o trabalho remunerado com as atividades do campo. A principal atividade que gera renda nas propriedades do PA Teijin é a criação de animais/produção animal, totalizando 88,5%, enquanto 11,5% buscam outras fontes de renda e o faturamento médio mensal para 85,4% chega até R\$ 5.000,00 por mês, 13,1% ganham acima de R\$5.001,00 e 1,5% não soube precisar sua remuneração mensal.

Tabela 2: Características da gestão das propriedades rurais

Tamanho da propriedade rural:	Frequência absoluta	Frequência Relativa (%)
1 a 10 hectares	39	30,02%
11 a 20 hectares	18	13,86%
21 a 30 hectares	70	54,62%
31 a 42 hectares	2	1,54%
Total	130	100%
A principal fonte de renda da família vem:	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Das atividades desenvolvidas na propriedade	92	70,8
Das atividades desenvolvidas na propriedade vizinhas	6	4,6
Mesclo atividades desenvolvidas na propriedade e em propriedade vizinhas	5	3,8
De recursos advindos do governo	11	8,5
Do trabalho remunerado fora da propriedade	8	6,2
Mesclo trabalho remunerado e as atividades da propriedade	8	6,2
Total	130	100
Quais são as atividades que geram renda na propriedade?	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Atividade agrícola (plantações agrícolas em geral)	8	6,2
Atividade zootécnica (criação de animais e/ou produção animal)	115	88,5
Atividade agroindustrial (beneficiamento ou transformação de produtos)	2	1,5
Arrendamento da propriedade rural	6	4,6
Renda proveniente de trabalho remunerado/ diárias em outras propriedades	2	1,5
Total	130	100
Em relação as atividades desenvolvidas na propriedade, o faturamento médio mensal é de:	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Até R\$ 2.000,00	32	24,6
de R\$ 2.001,00 a R\$ 5.000,00	79	60,8
de R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	16	12,3
de R\$ 10.001,00 a R\$ 25.000,00	1	0,8
Não sei responder	2	1,5
Total	130	100

Fonte: Dados da pesquisa.

O baixo faturamento pode ser relacionado com a ausência de controles financeiros, como está demonstrado na Tabela 3. Na Tabela 3 é demonstrado que 20,7% dos respondentes não fazem qualquer tipo de controle financeiro, enquanto 70% têm somente controles manuais, 0,8% se utilizam de tecnologia, 0,8% prestam contas a terceiros das atividades que desenvolve e apenas 7,7% dos proprietários utilizam-se de controles contábeis. Corroborando com a pergunta seguinte onde 26,2% da amostra julga ser muito difícil e sem interesse e 57,7% gostariam de no futuro passar a ter controles financeiros das propriedades, já 16,2% dizem que possuem algum tipo de controle interno. Neste sentido, os resultados corroboram com o estudo

de Krüger *et al.* (2018) e Zanin *et al.* (2014), indicando a importância dos controles para a tomada de decisões no meio rural.

Tabela 3: Uso de controles informacionais

Na propriedade rural, como são realizados os controles financeiros em relação às atividades?	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Por percepção, guardo apenas na memória	12	9,2
Não utiliza nenhum tipo de controle ou não faz anotações	15	11,5
Controles manuais (caderneta, caderno, fichas, etc.)	91	70
Controles em planilhas eletrônicas (excel, word, sistema específico)	1	0,8
Controles exigidos pela empresa/agroindústria ou cooperativa	1	0,8
Realizados por um escritório de contabilidade	10	7,7
Total	130	100
Teriam interesse de implantar controles nas atividades da propriedade rural?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim, já fazemos uso de controles internos na propriedade	21	16,2
Sim, gostaríamos de implantar controles	75	57,7
Não, os controles são difíceis de serem feitos, não temos interesse	34	26,2
Total	130	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir na Tabela 4, são discorridos os dados sobre a sucessão familiar dos gestores que responderam ao questionário.

Tabela 4: Sucessão familiar rural

Entende que recebe, ou recebeu estímulos de seus pais ou familiares para continuar no campo desenvolvendo as atividades?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	88	67,7%
Não	42	32,3%
Total	130	100%
Acredita que é possível as famílias viverem e garantirem seu sustento apenas com a renda do meio rural?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	81	62,3%
Não	49	37,7%
Total	130	100%
A família já conversou sobre o processo de sucessão da propriedade rural?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	40	30,8%
Não	77	59,2%
Eventualmente	13	10%
O sucessor já está sendo preparado para dar continuidade às atividades?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	58	44,6%
Não	72	55,4%
A propriedade em que reside já teve alguma capacitação técnica ou curso de qualificação?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Sim	63	48,5%
Não	67	51,5%
Existe perspectiva de um sucessor assumir a propriedade futuramente?	Frequência absoluta	Frequência relativa
O assunto ainda não foi discutido	70	53,8%
Sim, já foi definido quem ficará no comando da propriedade	22	16,9%
Ainda não se sabe, mas alguém ficará para dar continuidade as atividades	37	28,5%
A propriedade rural será vendida, não existe sucessor	1	0,8%

Total	130	100%
Na sua opinião, quais são os fatores determinantes para o processo de sucessão familiar?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Rendimento das atividades	72	55,4%
Tamanho da propriedade	7	5,4%
Incentivo dos pais e familiares	23	17,7%
Recursos oferecidos pelo governo	9	6,9%
Oportunidades de crescimento e qualidade de vida	18	13,8%
Total	130	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Fica evidenciado na Tabela 4 que os pais incentivaram 67,7% dos respondentes que estão acima dos 40 anos (Tabela 1) a permanecerem no meio rural, enquanto 32,3% estão por vontade própria, mas não estão preparando a nova geração, onde 59,2% nunca conversou sobre a sucessão, 10% conversaram eventualmente e somente 30,8% se sentaram com seus filhos para tratar do assunto, já 55,4% não estão repassando os conhecimentos adquiridos de seus pais. Por este motivo, se faz necessário a oferta de cursos e qualificações técnicas por parte dos governantes para 51,5% dos respondentes, que vem se esforçando na preparação de 48,5%.

Com relação a quem assumirá a propriedade futuramente, 16,9% já definiram quem ficará, 28,5% ainda está com dúvidas, 3,8% ainda não discutiram o assunto e 0,8% afirmam que irá vender a propriedade. O rendimento das atividades no processo sucessório foi evidenciado por 55,4% dos respondentes, enquanto 44,6% têm outras opiniões, tais como, 17,7% opinam sobre o incentivo dos pais, 13,8% dizem ter melhores oportunidades e qualidade de vida, 6,9% dizem que deveria ter mais recursos oferecidos pelo governo, 5,4% afirmam que o tamanho da propriedade é uma determinante, enquanto 0,8% não expressou nenhuma opinião.

Quando questionados sobre os principais fatores determinantes para o processo de sucessão familiar rural pode-se destacar que o rendimento das atividades rurais e o incentivo dos pais são os aspectos mais relevantes para conduzir as decisões de permanência dos jovens no meio rural, especialmente no contexto da continuidade das atividades rurais do PA Teijin (MS).

Ainda, pode-se indicar que a falta de controles financeiros nas propriedades rurais é evidenciada no estudo de Kruger *et al.* (2020), demonstrando que a contabilidade pode ser aplicada também em pequenas propriedades rurais, almejando maior controle e apoio na análise da rentabilidade das atividades desenvolvidas, através de dados que serão coletados ao longo de um ciclo financeiro. Tolotti *et al.* (2018) destacam a importância da análise das informações contábeis para apoiar a gestão das entidades rurais.

Estes dados vêm de encontro com o estudo de Moreira e Schindwein (2016) que foi realizado no PA Santa Olga (MS) e evidenciam o despreparo dos jovens para a continuidade

das atividades nas propriedades rurais, tal realidade deve ser observada pelos governantes, oferecendo-lhes mais capacidade financeira e intelectual para a diminuição do êxodo rural, corroborando com a pesquisa de Costa e Ralisch (2013), Nottar e Favretto (2021) e Silva *et al.* (2023), sobre a importância de ações e iniciativas para favorecer a permanência dos jovens no meio rural.

De forma geral, os resultados demonstram a necessidade de melhorias no preparo técnico das pessoas, de apoio para o aumento do faturamento, na ampliação e diversidade das atividades desenvolvidas, bem como o incentivo e diálogo por parte dos pais, para reduzir o desinteresse dos jovens sucessores rurais, visando a continuidade dos negócios rurais e a permanência dos jovens no campo. Tendo em vista que a limitação de renda e a insatisfação com as atividades rurais leva os jovens a buscarem alternativas de trabalho e renda no meio urbano. Ainda, constatou-se que o rendimento das atividades rurais e o incentivo dos pais são os aspectos mais relevantes para conduzir as decisões de permanência dos jovens no meio rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou o envelhecimento do campo, que também foi percebido no censo do IBGE (2017), evidenciando uma possível descontinuidade futura da família dentro da propriedade rural, logo, isso pode ser modificado com programas do governo para trazer conhecimento que incentiva o jovem a permanecer no campo.

Dentro da amostra, 81,5% estão com mais de 41 anos e 78,5% possuem baixo nível de escolaridade (não tem escolaridade ou tem até 8ª ano), tendo 85,4% rendimento de até R\$ 5.000,00, onde 88,5% declararam que a geração de renda vem de atividades zootécnicas (criação e/ou produção animal), logo que o jovem percebe que em seu futuro terá as mesmas condições de seus pais (trabalhar muito e ganhar pouco), ele passa a buscar outras alternativas fora da propriedade rural.

Entre os indivíduos que participaram da pesquisa, 67,7% receberam incentivos dos pais familiares e 62,3% acreditam que seja possível sobreviverem apenas da terra, mas apenas 30,8% já conversaram sobre a sucessão familiar e 53,8% não sabe dizer quem ficará no comando da propriedade. Outro dado relevante é a falta de controles financeiros, onde a contabilidade aplicada ao pequeno proprietário rural possibilita reconhecer o desempenho das atividades desenvolvidas na propriedade, demonstrando lucros e prejuízos.

O estudo traz à tona temas importantes que podem auxiliar no processo de sucessão familiar no meio rural, demonstrando a importância do diálogo e preparação dos futuros gestores,

dando-lhes orientações sobre produtividade e rentabilidade das atividades a serem desenvolvidas, visando garantir-lhes melhores resultados econômicos e trazendo perspectivas de viabilidade financeira para a permanência dos jovens na propriedade rural.

Os resultados indicam a necessidade de políticas públicas para contemplar melhorias no preparo técnico das pessoas, de apoio para o aumento do faturamento e na ampliação das atividades desenvolvidas, para tornar as atividades rurais viáveis e rentáveis, considerando que a limitação de renda e insatisfação com as atividades rurais leva os jovens a buscarem alternativas de trabalho e renda no meio urbano. Ainda, torna-se relevante o incentivo e o diálogo por parte dos pais, para reduzir o desinteresse dos jovens, visando a continuidade dos negócios rurais e a permanência dos jovens no campo como sucessores rurais.

A pesquisa teve como limitação o tamanho da amostra e a especificidade dos respondentes relacionados ao PA Teijin. Como estudos futuros, recomenda-se aumentar o tamanho da amostra e ampliar para mais de uma comunidade de assentados, a fim de obter resultados mais robustos, sendo também possível realizar uma pesquisa por meio de entrevistas com moradores de outros assentamentos da região, visando comparar as percepções.

De forma geral, o estudo demonstra a importância de planejamento no processo de sucessão familiar rural das pequenas propriedades no Projeto de Assentamento Teijin, trazendo à tona temas como envelhecimento do campo, despreparo dos jovens dentro da propriedade rural e a falta de incentivos por parte dos governantes no quesito de retenção e preparação dos jovens. A contabilidade combinada com uma boa gestão, pode auxiliar os futuros gestores a terem maior controle dos recursos investidos nas propriedades rurais, a fim de obter melhores resultados econômico-financeiros, sendo que esse desempenho corrobora com a retenção e interesse dos jovens no processo de sucessão familiar rural.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. (2023). **Produção de alimentos da agricultura familiar**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/937752-deputados-defendem-fortalecimento-da-agricultura-para-producao-de-mais-alimentos/>>. Acesso: 05 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. (2006). **Política Nacional da Agricultura Familiar em Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.html>. Acesso: 05 jun. 2024.

BRIZZOLLA, M. M. B.; NETO A. C.; KRAWSZUK G. L.; BERLEZI M. Sucessão familiar em propriedades rurais. **Research, Society and Development**, v.9 n. 10, p. e9169109408-e9169109408, 2020.

CONCEIÇÃO, L. C. A.; TEIXEIRA, R. A.; MARTINS, C. M.; SANTOS, M. A. S.; REBELLO, F. K. A sucessão geracional na integração do dendê: o caso da comunidade de Arauaí, Moju (PA). **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 9, p. 625-645, 2019.

COSTA, F. L. M.; RALISCH, R. A juventude rural do Assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 415-432, 2013.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisorial**. 9 ed., São Paulo: Atlas, 2019.

ECKER, L.; KRUGER, S. D.; VOGT, M.; ZANIN, A. **Características do Processo de Sucessão Familiar Rural**. Contribuições do SGAgro à sustentabilidade e inovação no agronegócio. São Carlos: Pedro & João Editores. 2023. 206 p.
<https://doi.org/10.51795/9786526507568>.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. (2021). **Produção do agronegócio brasileiro**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brazil-is-the-worlds-fourth-largest-grain-producer-and-top-beef-exporter-study-shows>>. Acesso: 23 set. 2023.

FOGUESATTO, C. R.; MORES, G. V.; KRUGER, S. D.; COSTA, C. Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. **Land Use Policy**, v. 97, p. 104643, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104643>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso: 05 jun. 2024.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial: da teoria à prática**. Colaboração Segato, V. D. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

KRÜGER, C.; SILVA, C. R.; SOUZA, A. G.; MICHELIN, C. F.; ROSSATO, M. V. Sucessão familiar e contabilidade na atividade rural: uma análise em um condomínio rural. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 16, n. 1, p. 1-27, 2023.

KRUGER, S. D.; CECCHIN, R.; MORES, G. V. A importância da contabilidade para a gestão e continuidade das propriedades rurais. **Custos e Agronegócio Online**, v. 16, n. 1, p. 276-295, 2020.

SILVA, D. L.; MACEDO, R. F.; REDIN, E.; MELO, T. V. Sucessão rural na agricultura familiar no Médio Jequitinhonha, MG. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 36-56, 2023. <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2023.v26i1.520>.

MAIA, A. H.; LUZ M. C. S.; SILVA F. C.; SOUZA, M. E.; ZARATIM, A. P. P.; SILVA, T. O.; REBELATTO, B. F.; SOUZA V. S. Jovens rurais estudantes da Escola Estadual Jaraguá, Água Boa (MT): projetos de vida, dilemas e sucessão familiar. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 97-117, 2018.

MARCONI M. A.; LAKATOS E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2021.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**: agrícola, pecuária e imposto de renda. São Paulo: Atlas, 2020.

MOREIRA, F. G. **As Lutas pela permanência na terra nos assentamentos do município de Nova Andradina/MS**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2019.

MOREIRA, F. G.; SCHLINDWEIN, M. M. Sucessão da gestão na agricultura familiar: Um estudo de caso no Assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul. **Revista Nera**, v. 29, p. 151-173, 2016.

MOREIRA, F. G. As trajetórias de luta pela terra no Assentamento Teijin do Município de Nova Andradina -MS. **Revista Nera**, v. 61, p. 187-209, 2021.

MUNARETTO, L. F.; DELLARMEIN, S.; ROSIN, R. B. Proposta de metodologia de planejamento estratégico para pequenas propriedades rurais de base familiar. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v.16, n. 1, p. 25-54, 2019.

NOTTAR, L. A. ; FAVRETTO, J. A. Determinação dos Jovens Rurais e a Sucessão Na Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n.55, p. 343-358, 2021.

PRADO, R. N. **Manual prático e teórico da empresa familiar**: organização patrimonial, planejamento sucessório, governança familiar e corporativa e estratégias societárias e sucessórias (Governança jurídica). São Paulo; Saraiva, 2023.

ROSA, C. V. P.; FRISKE, H. L. Sucessão familiar e a importância do planejamento sucessório. **ID on line. Revista de Psicologia**, v. 17, n. 66, p. 1-11, 2023.

SANT'ANA, A. L.; SANT'ANA, D. Z. Novos agricultores familiares da microrregião geográfica de Jales-SP: formas de acesso à terra e mudanças nas condições de vida. **Revista Cultura Agrônômica**, v. 29, n. 2, p. 183-197, 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (SEMADESC). **Propriedades rurais de agricultura familiar**. Disponível em: <<https://www.semadesc.ms.gov.br/censo-agropecuário-aponta-que-61-de-propriedades-economicamente-ativas-em-ms-sao-da-agricultura-familiar/>>. Acesso: 05 jun. 2024.

TOLOTTI, C. M. F.; KRUGER, S. D.; PETRI, S. M. Características do processo de sucessão familiar: uma abordagem em entidades rurais de Santa Catarina. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 14, n. 26, p. 97-109, 2018.

VITALI, G.; LIZOTE, S. A.; ZAWADSKI, P. Controles e práticas de gestão dos custos das propriedades rurais familiares. **Custos e @gronegócios on line**, v.18, n. 2, p. 329-351, 2022.

ZANIN, A.; OENNING, V.; TRES, N.; KRUGER, S. D.; GUBIANI, C. A. Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 40, p. 9-19, 2014.

